

Fazer produzir e deixar consumir: as tecnologias de poder em Michel Foucault

To make produce and to leave consummate: technologies of power in Michel Foucault

Palavras-chave: Foucault; tecnologias de poder; poder disciplinar; biopoder; Heidegger.

Keywords: *Foucault; technologies of power; disciplinary power; biopower; Heidegger.*

**Jefferson Martins
Cassiano**

Brasília, Brasil

Mestrando em filosofia
pela UnB

jeffmarcas@hotmail.com

RESUMO: Este artigo tem como proposta analisar uma indicação feita por Michel Foucault referente às tecnologias de poder. O autor apresenta dois registros acerca das tecnologias de poder: um disciplinar e outro biopolítico. Nesse sentido, propõe-se observar qual modo de vinculação há nas tecnologias de poder quando acionadas por Foucault. Para tanto, busca-se um aporte crítico-teórico nas meditações sobre a técnica de Heidegger, o qual oferecer uma reflexão que não seja a descrição antropológico-instrumental do uso da técnica. Assim, pretende-se identificar que as tecnologias de poder de Foucault revelam uma realidade objetivada na qual o homem aparece como produto e recurso humano.

ABSTRACT: *This article aims to examine a statement made by Michel Foucault concerning technologies of power. The author presents two records about the technologies of power: one disciplinary and one bio-political. In this sense, I propose to observe what linking mode exists in the technologies of power when actuated by Foucault. Therefore, I look for a critical-theoretical support on Heidegger's concerning technology, which offer a reflection other than the anthropological-instrumental description of use of the technique. Thus, I identify that Foucault's concept of technologies of power reveal a objectified reality in which human beings appears as product and human resource.*

ISSN 2359-5140 (Online)
ISSN 2359-5159 (Impresso)

Ipseitas, São Carlos, 2016,
vol. 2, n. 2, p. 154-177

Introdução

Segundo Jacques Ellul (1967), a técnica é a principal questão que afronta o pensamento contemporâneo, de modo que nenhum fato social, humano ou espiritual se

modo mais relevante do que a tecnologia para o mundo atual. Tal afirmação, de fato, tem sua importância: a sociedade humana entrou no século XX a galope e saiu dele em viagens espaciais. Não somente isso, mas todo um complexo de tecnologias impulsionou o desenvolvimento da modernidade até o extremo de sua resiliência, invocando novas demandas que, no entanto, parecem ser triviais: voos continentais, transplantes de órgãos, comunicação remota, fármacos potentes, armas de destruição em massa, energia nuclear, informação em tempo real e mundo virtual. Entre tantas outras inovações que alteraram o modo de convivência da humanidade, se comparada em relação a qualquer outra época, não há exagero em concordar que atualmente se vive em uma condição sequer comparável: a era das tecnologias. Contudo, à explosão de diversas formas de tecnologias contrapõem-se diversas maneiras de se pensar a tecnologia. Este é o caso de Foucault, e também de Heidegger, que procuram refletir sobre a imponente das tecnologias sobre o homem, a vida e a realidade a partir de suas próprias perspectivas.

Nas obras de Foucault, o termo tecnologia aparece empregado quase sempre em um sentido pragmático que busca denotar métodos e procedimentos na forma de controle sociopolítico. No entanto, o próprio autor, em uma conferência na Universidade de Vermont no outono de 1982, esclarece quatro tipos de tecnologias às quais dedicou seu trabalho. Trata-se: *i*) tecnologias de produção, que permitem produzir, transformar ou manipular objetos; *ii*) tecnologias de sistema de signos, que permitem o uso de signos, sentidos, símbolos e significações; *iii*) tecnologias de poder, que determinam a conduta do indivíduo, que o submetem a certos tipos de fins ou dominações, e que constituem uma objetivação do sujeito; e *iv*) tecnologias de si mesmo, que permitem ao indivíduo efetuar por conta própria certos números de operações que visam transformar suas condutas¹.

ISSN 2359-5140 (Online)
ISSN 2359-5159 (Impresso)

Ipseitas, São Carlos, 2016,
vol. 2, n. 2, p. 154-177

¹ Cf. Michel FOUCAULT, *las tecnologías del yo y otros textos afines*,

A despeito da afirmação de Foucault de que estes tipos de tecnologias atuam de forma conjunta e complexa, cabe a este exame o propósito de analisar especificamente as tecnologias de poder, sobretudo no que diz respeito aos efeitos constatados no mundo contemporâneo.

Com esta proposta em vista, as tecnologias de poder de Foucault devem ser conduzidas para questões mais restritas do que as exploradas em seus estudos. Assim, a meditação acerca da técnica de Heidegger pode servir como um parâmetro para o qual a questão das tecnologias de poder se tornem fecundas para as considerações pretendidas, uma vez que com isso se reconheça de que não se trata nem de uma comparação conceitual, pois cada autor possui o léxico conceitual e o estilo literário próprio, ainda que algumas vezes pareçam estar em concordância em certas locuções; e também não se trata de examinar se há um *continuum* em meio à diferença estabelecida entre os dois pensadores². Não obstante, em uma entrevista, Foucault reconhece a importância que as leituras de Heidegger tiveram na elaboração de seu próprio pensamento, embora textualmente Foucault nunca se dedicou a produzir um comentário particular a Heidegger³. O que pretende-se, ao evocar as meditações heideggerianas sobre a técnica, é traçar

ISSN 2359-5140 (Online)
ISSN 2359-5159 (Impresso)

Ipseitas, São Carlos, 2016,
vol. 2, n. 2, p. 154-177

1990, p.48.

² Indica-se, para estes fins esclarecidos, estudos que se propõem a realizar uma articulação entre Foucault e Heidegger, Cf. Timothy RAYNER, *Biopower and technology: Foucault and Heidegger's way of thinking*, 2001.; e também cf. André DUARTE, *Heidegger e Foucault, críticos da modernidade*, 2006.

³ "Heidegger ha sido siempre para mí el filósofo esencial. Comencé por leer a Hegel, después a Marx y me puse a ler a Heidegger en 1951 o 1952; y en 1953 o 1952, no me acuerdo bien, leí a Nietzsche. Tengo todavía aquí las notas que tomé sobre Heidegger cuando lo leía – tengo toneladas! y son, por otra parte, más importantes que las que había tomado sobre Hegel o sobre Marx. Todo mi devenir filosófico ha estado determinado por mi lectura de Heidegger. Pero reconozco que es Nietzsche quien la ha arrastrado (...). Había intentado leer a Nietzsche en los años cincuenta, pero Nietzsche por sí sólo no me decía nada! Mientras que Nietzsche y Heidegger, eso sí que produjo el impacto filosófico! Pero no he escrito nunca nada sobre Heidegger y sólo he escrito un pequeño artículo sobre Nietzsche; son, sin embargo, los dos autores que he leído más. Creo que es importante tener un pequeño número de autores con los que se piensa, con los que se trabaja, pero sobre los que no se escribe" (FOUCAULT, 1999c, p.388).

um ponto de apoio que aponte para as principais características que uma análise sobre as tecnologias de poder foucaultiana suscitam na atualidade. Com isso, ao invés de percorrer as inúmeras ocorrências das tecnologias de poder espalhadas nas obras de Foucault em suas especificidades, propõe-se observar qual modo de vinculação há nas tecnologias de poder quando acionadas por Foucault.

Heidegger e as meditações sobre as técnicas

Na famosa carta-resposta *Sobre o “humanismo”*, escrita em 1946, Heidegger oferece a Jean Beaufret, destinatário da carta, uma espécie de autocrítica sobre sua obra. Colocando como ponto de partida o questionamento sobre o agir humano, Heidegger (1973, p.347-48) constata que a essência deste agir na modernidade é *producere*, isto é, produção para consumação. Tal produção-consumação advém de uma interpretação técnica do pensamento que impõe uma situação incondicional de objetivação do mundo. Segundo Heidegger (1973, p.349), mesmo a “filosofia vai transformar-se em uma técnica de explicação pelas causas últimas”. O autor, neste caso, não está interessado nas novas tecnologias surgidas nos meios de produção industrial e militar no decorrer do século XX, mas empenha-se em relevar que a técnica assume o próprio modo de pensar a realidade humana em sua essência.

O empenho para investigar o questionamento sobre a essência da técnica é realizado por Heidegger especialmente na conferência de 1955, publicada como *A questão da técnica* (2002). Nesta conferência, Heidegger não propõe uma análise antropológica ou instrumental da técnica como atividade humana, mas procura refletir sobre a experiência do modo de existência da realidade humana. Logo, Heidegger declara que a essência da técnica nada tem haver com o aspecto técnico, porém repousa numa ambiguidade que orienta a conferência, a saber, a relação entre provocação e perigo. A técnica moderna se apresenta

como uma provocação que impele o homem a descobrir a força latente da natureza, atuar para sua exploração, decomposição e dominação. Daí a provocação da técnica moderna se manifestar como produção. Contudo, Heidegger não condiciona esta produção ao modelo antropológico-instrumental, mas concebe a produção ao domínio do fundo de reserva (*bestand*), que segundo Heidegger (2002, p.20-21) “nós o chamamos de disponibilidade (...) a ‘disponibilidade’ se faz agora o nome de uma categoria”. Para Casanova (2012, p.206), tal disponibilidade se refere às fontes de recursos determinadas como fundo de reserva, para o qual “a natureza precisa ser tomada por fundo de reserva, para que o homem possa empreender a provocação técnica (...). A técnica faz em primeiro lugar uma exigência à natureza de que ela forneça energia”.

A produção que a técnica moderna empreende está no desencobrimento das forças latentes ao modo de torná-las disponíveis para o uso. Em consequência, a provocação que impulsiona a técnica está no desafio de descobrir quais os modos de tornar disponíveis as forças e empregá-las à produção. Heidegger oferece um bom exemplo disso:

A usina hidroelétrica posta no Reno dispõe o rio a fornecer pressão hidráulica, que dispõe as turbinas a girar, cujo giro impulsiona um conjunto de máquinas, cujos mecanismos produzem corrente elétrica. As centrais de transmissão e sua rede se dispõem a fornecer corrente. Nesta sucessão de disposições de energia elétrica, o próprio rio aparece como dispositivo. A usina hidroelétrica não está instalada no Reno, como a velha ponte de madeira que, durante séculos, ligava uma margem à outra. A situação se inverteu. Agora é o rio que está instalado na usina. O rio que hoje o Reno é, a saber, fornecedor de pressão hidráulica, o Reno é pela essência da usina (HEIDEGGER, 2002, p.20).

Eis um claro exemplo do caráter provocador da técnica: uma forma de pensamento que se dedica ao descobrimento de meios de tornar as forças latentes

da natureza disponível ao homem e fazê-las produtivas. De acordo com Giacoia Jr. (2013, p.95), “a técnica é essencialmente um modo de trazer à luz, de produzir”, concluindo que “a configuração atual de nossas sociedades depende essencialmente da atualização do potencial tecnológico. Este constitui a mais determinante força produtiva da sociedade” (p.98). Nesse sentido, como assinala a carta de Heidegger *Sobre o “humanismo”*, a essência do agir humano na era da tecnologia é a produção-consumação, que para além de um sentido antropológico e instrumental da atividade humana, envolve um sentido de descobrimento das fontes de recursos para disponibilizá-las como fundo de reserva.

Entende-se, pelo exemplo da usina hidrelétrica no rio Reno, que a mobilização dos fundos de reservas colocados à disposição dos processos de produção tecnológica, conduz Heidegger (2002, p.32) a determinar que a essência da técnica reside na composição (*gestell*): “o termo, composição, não diz, aqui, um equipamento ou qualquer tipo de aparelho. Diz, ainda melhor, o conceito genérico destas disponibilidades”. Com isso, o termo composição nomeia a determinação da articulação de um conjunto de funções e operações técnicas. Como observa Borges Duarte (1993), a composição da qual alude Heidegger como essência da técnica, não diz respeito apenas a algo composto tecnicamente por intervenção humana, mas principalmente ao processo de compor de um conjunto que começa a partir de um pensamento técnico que se abate sobre a realidade, ou seja, a articulação unificadora de uma dada diversidade. Assim, pode-se melhor compreender a mobilização tecnológica da realidade como pretensão de dominação do incondicionado pela noção de composição heideggeriana. Simplificando o proveitoso argumento de Borges Duarte (1993, p.131-32), a composição da técnica moderna apreende, por um lado, o produto adequado ao serviço requerido, e pelo outro, a produção da configuração de uma

racionalidade operante. Desse modo, prossegue Borges Duarte (1993, p.152) afirmando que a composição tecnológica do mundo determina a configuração de dominação do homem sobre as forças da natureza como uma fonte de matéria disponível para o uso de planificações calculadas. O resultado dessas considerações compartilha da crítica heideggeriana à produção de fundos de reservas que conduzem as ações humanas:

El lugar definido en *Ge-stell* [composição] es el *nombre* con el que se definen las posiciones *relativas* dentro de este sistema en el que todo, incluidos los hombres, los sujetos singulares, son designados e *interpelado*, es decir, están “sujetos”, al igual que todo objeto, al esquema pre-establecido de relaciones que indica la posición que ocupa en el sistema y *configura su imagen social*. Nombrar la tierra como “materia prima”, “recurso natural”, “frente de energía” o “paisaje”; al hombre como “mano de obra”, “recurso humano”, “trabajador” o “capital”, “turista”, “cliente” significa, en fin, determinar *a priori* una figura (BORGES DUARTE, 1993, p.140, destacado no original)

Nesse sentido, a provocação que impele a técnica moderna acaba cúmplice do perigo global que suscita. A composição se torna ameaça à medida que requisita a técnica ao serviço da produção e do fundo de reserva. Segundo Heidegger (2002, p.30), “a técnica não é perigosa. Não há uma demonia na técnica”; porém a ameaça ocorre na provocação técnica exigida pela composição, pois “onde esta [composição] domina, afasta-se qualquer outra possibilidade de descobrimento”, isto é, qualquer possibilidade que seja não deve escapar à planificação calculista empenhada pelas tecnologias entranhadas no meio social. Consequentemente, a realidade humana fica reduzida a ser uma fonte de recurso que tende a estar sempre disponível; logo, é o homem quem acaba requisitado pela imposição da técnica. Por isso, Heidegger (2002, p.35) afirma que “a essência da técnica é de grande ambiguidade”, pois dela decorre que a “composição é o perigo extremo porque justamente ele ameaça trancar o homem na

disposição, como pretensamente o único modo de descobrimento” (2002, p.34). Provocação e perigo da composição tecnológica da realidade conduzem à ambiguidade inerente da técnica moderna.

Enfim, este breve relato das meditações heideggerianas acerca do questionamento sobre a técnica pretende reforçar os aspectos de produção (*producere*) e fundo de reserva (*bestand*) que resultam da provocação técnica da composição (*gestell*) que configura a racionalidade do mundo moderno a partir da disponibilidade de recursos. Pois bem, destes dois aspectos destacados, propõe-se observá-los como uma forma de orientação para a qual os estudos de Foucault sobre as tecnologias de poder tendem a seguir, de um modo geral.

Foucault e as tecnologias de poder

Na primeira aula do curso de 1978 no *Collège de France, Segurança, território e população*, Foucault apresenta a possibilidade de analisar a história política através das técnicas e seus deslocamentos, utilizações e correlações entre mecanismos jurídicos, disciplinares e de segurança. Não obstante, acresce uma segunda possibilidade, que assim Foucault apresenta:

Mas há uma outra história, que seria a história das tecnologias, isto é, a história muito mais global, mas, é claro, também muito mais vaga das correlações e dos sistemas de dominante que fazem com que, numa sociedade dada e para este ou aquele setor dado (...) se instale uma tecnologia de segurança, por exemplo, que leva em conta e faz funcionar no interior da sua tática própria elementos jurídicos, elementos disciplinares, as vezes até mesmo multiplicando-os (FOUCAULT, 2008a, p.12).

Encontra-se nesse exceto um direcionamento fundamental para se compreender as teses de Foucault. Como afirma o próprio autor, o plano de suas análises buscam “desarrollar o, mejor dicho, mostrar en qué dirección se puede llevar a cabo un análisis del poder que no sea simplemente una concepción jurídica, negativa del poder, sino la concepción de una

tecnología del poder” (FOUCAULT, 1999c, p.236). Assumindo esta indicação do pensador francês, cabe observar em que medida a concepção dessa história das tecnologias de poder está vinculada às noções de produção de corpos disciplinados e de conduta regulamentada dos recursos humanos apreendidas em seu desenvolvimento.

Como mencionado previamente, não se trata de prosseguir este exame por meio da comparação ou continuação entre os pensamentos de Heidegger e Foucault. Tendo em vista apresentar o caráter produtivo e regulador das tecnologias de poder infiltradas nas estruturas sociais, vale ressaltar a distinção feita por Duarte (2006), segundo a qual a filosofia de Heidegger segue das meditações sobre a técnica moderna como consumação da metafísica para o esquecimento do ser na história ocidental. Porém, continua o autor, Foucault opera quase que uma inversão, empregando uma investigação histórica das tecnologias que podem se tornar uma reflexão filosófica. Pode-se dizer, ainda, que Heidegger mantém uma relação ontológica da tecnologia aplicada à natureza dos entes tornados objetos para intervenção técnica. Por sua vez, entende-se que Foucault examina as tecnologias aplicadas às relações de poder, e as formas pelas quais operam a transformação dos seres humanos em sujeitos disciplinados e normalizados.

Considerando as obras de Foucault de uma perspectiva geral, pode-se dizer que seus estudos se direcionam para a formação de práticas, sendo elas discursivas, divisórias e de si mesmo. São estas práticas que definem um campo de objetos possíveis, a regularidade de seus usos e a racionalidade que acompanha os meios de realização. Com efeito, avaliar as práticas estudadas por Foucault a partir das tecnologias de poder consiste em agregar as noções de tática e estratégia, que servem como uma chave interpretativa utilizada pelo autor para analisar as relações de poder na política. Com isso, Foucault se

desfaz de uma habitual leitura jurídico-discursiva das relações de poder, evitando o triplete: lei, transgressão e sanção. Em contrapartida, empreende uma genealogia do poder que o define como algo que se exerce em relações. As tecnologias de poder corresponde aos meios desses exercícios das relações de poder. Essa evidência sustenta-se pelas próprias palavras de Foucault (1999c, p.241): “hay que considerar estos mecanismos de poder, estos procedimientos de poder, como técnicas, es decir, como procedimientos que han sido inventados, perfeccionados y que se desarrollan sin cesar. Existe una verdadera tecnología del poder o, mejor, de los poderes, que tiene su propia historia”. Contudo, o desenvolvimento dessa história das tecnologias de poder se encontram imbricadas em complexas relações de saber-poder, que cada vez mais se instalam nas formas de governamentalidade. Sendo que as relações de poder se exercem em práticas sociais historicamente constituídas, o programa nelas realizado corresponde à formulação de análises transformáveis e descontínuas. Isso ocorre pelo fato de Foucault mobilizar uma série de atribuições relativas às tecnologias de poder que podem ter uma especificidade disciplinar, confessional, pastoral, política, punitiva, jurídica, administrativa, governamental, científica, ambiental, entre outras. Cada uma dessas tecnologias conta com sua especificidade própria, que estão atreladas às diferentes temáticas e interesses que Foucault realizou ao longo de suas obras. No entanto, as pesquisas apresentadas nas obras de Foucault lidam essencialmente com duas linhas de pesquisa, assim anunciadas por Foucault:

Creo que podemos agrupar en dos grandes capítulos las invenciones de la tecnología política, para lo que debemos tener en cuenta sobre todo los siglos XVII y XVIII. Yo las agruparía en dos capítulos, porque me parece que se han desarrollado en dos direcciones diferentes. Por un lado, existe esa tecnología que llamaría “disciplina” (FOUCAULT, 1999c, p.243).

E mais adiante, Foucault concluiu que,

El descubrimiento de la población es, a la par que el descubrimiento del individuo y del cuerpo adiestrables, el otro gran núcleo tecnológico en torno al cual se han transformado los procedimientos políticos de Occidente. En este momento se inventó lo que llamaré, por oposición a la anatomopolítica que he mencionado antes, la biopolítica (FOUCAULT, 1999c, p.246)⁴.

Portanto, Foucault reconhece duas formas pelas quais se desenvolveram a história das tecnologias de poder, que têm seus registros nos estatutos da disciplina e do biopoder político. Definido este campo analítico, cabe observar como estas tecnologias de poder estão aplicadas às noções de produção de comportamentos e de gerenciamento da massa populacional.

As tecnologias de poder disciplinar

A obra *Vigiar e punir*, escrita em 1975, traz o principal registro sobre as tecnologias de poder disciplinar realizado por Foucault. Obra de grande minúcia documental, nela o pensador francês investiga as práticas punitivas para encontrar o que ele chama de tecnologias políticas do corpo. Com isso, o autor quer investigar as articulações entre o poder, o saber e o corpo. O ponto de partida para tal empreendimento é a transformação do poder punitivo do suplício, enquanto técnica de causar sofrimento, para a prisão, enquanto dispositivo de privação de bens de direito. Nesse ponto, serve como panorama histórico o final do século XVIII e o início do século XIX, com a passagem do poder soberano de punição para as teorias reformadoras de vigilância. Justamente para operacionalizar estas transformações, as tecnologias de poder foram mobilizada em torno de uma tecnopolítica de punição, pautada no princípio do cálculo e na racionalidade econômica (FOUCAULT, 1987, p.78). Uma vez que nenhuma relação de poder é possível sem que haja algum sistema de sujeição, as

ISSN 2359-5140 (Online)
ISSN 2359-5159 (Impresso)

Ipseitas, São Carlos, 2016,
vol. 2, n. 2, p. 154-177

⁴ Para um desenvolvimento similar desse argumento, Cf. Michel FOUCAULT, *Em defesa da sociedade*, 1999b, p.297.

tecnologias políticas do corpo surgem para o controle das forças produtivas em sua organização, cálculo e utilidade econômica, para o qual “o corpo só se torna útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso” (1987, p.25). Nesse sentido, aparece o jogo entre aparelhos e instituições que Foucault denomina de microfísica do poder, que deve funcionar como uma rede capilar de relações de poder cuja finalidade está no exercício das estratégias de governo. No final do processo entre aparelhos estatais e instituições normalizadoras, enfim, aparece o sujeito; porém, segundo Foucault como

Uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama a “disciplina”. Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele “exclui”, “reprime”, “recalca”, “censura”, “abstrai”, “mascara”, “esconde”. Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção (FOUCAULT, 1987, p.161).

Como complementa Machado (1998, p.xvi), o poder disciplinar possui uma eficácia produtiva, uma racionalidade estratégica que se positiva no corpo. Daí o fato de se proibir o castigo do corpo suplicado, a fim de poder melhor adestrá-lo e aprimorá-lo. Toda a natureza das tecnologias de poder agora está vinculada ao desenvolvimento do poder disciplinar, no qual reside o princípio irreduzível da produção; produção de corpos dóceis.

A disciplina assume, na interpretação de Foucault, o papel central para a organização de diversas práticas sociais. Segundo Foucault (1987, p.119), o momento histórico da disciplina corresponde à “formação de uma relação que no mesmo mecanismo torna [indivíduo] tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente”. Tal afirmação é correlata com a noção de corpos dóceis exemplificado pelo autor. Trata-se de corpos inteligíveis e úteis que podem ser analisados e manipulados, e ainda podem

ser submissos, transformados e aperfeiçoados. Logo, o adestramento dos corpos produz um modo de sujeição no qual o sujeito se torna objeto de controle. Foucault apresenta diversas instituições nas quais o poder disciplinar assume a forma corrente de dominação, como as prisões, os hospitais, as bases militares, as escolas e as fabricas. Essas instituições-totais respondem a uma anatomo-política mecânica do poder que “define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina” (FOUCAULT, 1987, p.119). Nesse sentido, para que haja a produção de subjetividades submissas, as tecnologias de poder asseguram a função de prover recursos para o bom adestramento, para que se possa apropriar e retirar mais e melhor. Assim, a sanção normalizadora, a vigilância hierárquica e o exame surgem como instrumentos tecnológicos que operam para o *optimum* das capacidades de utilização econômica e também para o *déficit* de resistência política à obediência. Enfim, as tecnologias de poder disciplinar devem ser consideradas como uma rede de relações que atravessa todo o corpo social muito mais do que as instâncias negativas de interdição, censura e proibição; segundo o relato de Foucault:

ISSN 2359-5140 (Online)
ISSN 2359-5159 (Impresso)

Ipseitas, São Carlos, 2016,
vol. 2, n. 2, p. 154-177

Em *Vigiar e Punir* o que eu quis mostrar foi como, a partir dos séculos XVII e XVIII, houve verdadeiramente um desbloqueio tecnológico da produtividade do poder (...) [elas] instauraram o que se poderia chamar uma nova “economia” do poder, isto é, procedimentos que permitem fazer circular os efeitos de poder de forma ao mesmo tempo continua, ininterrupta, adaptada e “individualizada” em todo o corpo social. Estas novas técnicas são ao mesmo tempo muito mais eficazes e muito menos dispendiosas (menos caras economicamente, menos aleatórias em seu resultado, menos suscetíveis de escapatórias ou de resistências) do que as técnicas até então usadas (FOUCAULT, 1998, p.08).

A partir da publicação da obra *A vontade de saber* e do curso realizado no *Collège de France* publicado com o título *Em defesa da sociedade*, ambos de 1976,

percebe-se um deslocamento teórico empreendido por Foucault, no qual começa a ser introduzida a temática da governamentalidade no eixo das relações de poder; porém, o autor mantém em certa medida a noção positiva, produtiva e constituinte do poder.

Em *A vontade de saber* (1999a), Foucault investiga a história da civilização ocidental cuja finalidade é entender o homem como objeto de desejo, e apreender uma história da subjetividade através das formas de governo dos corpos regrados à conduta de si mesmo e perante os outros. O principal objetivo perseguido nessa obra está em saber as razões pelas quais a sociedade passou de uma verdade sobre o sexo relevante unicamente à *ars erotica* greco-latina, como experiência do prazer que não está vinculada a uma utilidade ou norma permissiva, para uma vontade de saber sobre a sexualidade, a partir da *scientia sexualis* pastoral. Nesse novo registro de análise, Foucault substitui a tecnopolítica dos corpos disciplinados pelos dispositivos⁵ de sexualidade, que contrário às teorias repressivas do poder jurídico-discursivo que se impõe pela obrigação às leis, Foucault (1999a, p.100) investe na “análise histórica [que] tenha revelado a presença de uma verdadeira ‘tecnologia’ [de poder] do sexo muito mais complexa e, sobretudo, mais positiva do que o efeito excludente de uma ‘proibição’”. Com isso, ressalta-se que os estudos posteriores a *Vigiar e punir* não se concentram nas análises históricas do poder disciplinar como modo produzir singularidades nos corpos dóceis, mas para a

ISSN 2359-5140 (Online)
ISSN 2359-5159 (Impresso)

Ipseitas, São Carlos, 2016,
vol. 2, n. 2, p. 154-177

⁵ Sobre o termo dispositivo (*dispositif*), pode-se dizer que denota uma rede heterogênea de relações composta por práticas discursivas e não-discursivas, que por sua vez aplica-se à instituições, mecanismos administrativos, proposições científicas, formas arquitetônicas, em suma: a relação desses elementos. Nesse caso, reconhece-se a importância do termo para o pensamento de Foucault, e junto a isso, a impossibilidade de apresentar seu desenvolvimento em relação às tecnologias de poder nesse momento. No entanto, indica-se, Michel FOUCAULT, *A história da sexualidade: A vontade de saber*, 1999a, pp.85-144; e Michel FOUCAULT, Sobre a história da sexualidade, em: *Microfísica do poder*, 1998, pp.243-76. Sobre os comentários, Cf. Giorgio AGAMBEN, O que é um dispositivo?, em: *O que é o contemporâneo?*, 2009, pp.25-51; e também o peculiar comentário de Gilles DELEUZE, What is a dispositif?, em: *Michel Foucault philosophy*, 1989, pp.159-66.

correlação que este poder disciplinar desempenha na formação da população como novo objeto de estudo.

Nesse sentido, o dispositivo da sexualidade surge como um ponto de intersecção que abrange tanto o poder disciplinar sobre o corpo quanto o poder normalizador sobre a população. O entendimento de uma necessidade de intervenção política sobre o corpo de modo algum tolhe das tecnologias de poder seu aspecto produtivo, pois como observa Foucault (1999a, p.121) este “é o paradoxo da sociedade que, desde o século XVIII, inventou tantas tecnologias do poder estranhas ao direito”. Com isso, a autor quer enfatizar que novas tecnologias de poder sobre o sexo se formaram através da pedagogia, a medicina e a economia, retirando de sexo sua intimidade privada para situá-lo como uma questão de gerenciamento pelo Estado. Assim, não convém ao dispositivo da sexualidade ser uma tecnologia de poder repressiva, mas ao contrário mobilizar “todo um aparato técnico, e tratando-se antes da produção da ‘sexualidade’ do que a repressão do sexo” (FOUCAULT, 1999a, p.125).

Na última aula ministrada no curso *Em defesa da sociedade*, Foucault (1999b, p.297ss), já sob a óptica do biopoder político, traça um delineamento entre as tecnologias de poder disciplinar e as tecnologias de poder regulamentador. Observa-se nessa obra, o realojamento das tecnopolíticas do corpo para o âmbito das sociedades disciplinares. Com isso, tem-se contraposto às teorias jurídico-discursivas dos códigos e leis de permissão-proibição, um poder disciplinar que requisita os comportamentos e que se efetiva e se propaga pela fórmula da normalização: “Elas [disciplinas] definirão um código que será aquele, não da lei, mas da normalização, e elas se referirão necessariamente a um horizonte teórico que não será o edifício do direito, mas o campo das ciências humanas” (FOUCAULT, 1999b, p.45). Nesse sentido, pode-se compreender que as tecnologias de poder disciplinar se alocam nos complexos aparelhos de saber-poder, o que permite ao filósofo francês

destacar um nexos existente entre os corpos disciplinados e as populações regulamentadas, a saber, a norma: “a norma é o que tanto pode aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar” (1999b, p.302). A norma constitui o elo entre o poder disciplinar e o poder regulamentador. Logo, o esquadramento individualizante que operam as tecnologias do poder disciplinar generalizada por algumas instituições adquirem outra configuração sob a perspectiva governamental das populações:

Dizer que o poder, no século XIX, tomou posse da vida, dizer pelo menos que o poder, no século XIX, incumbiu-se da vida, e dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, [foi] mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra (FOUCAULT, 1999b, p.302).

Enfim, considerando que as tecnologias de poder disciplinar analisadas e empregadas por Foucault resultam em negativa às hipóteses repressivas das relações de poder, e apontando para as diversas formas de produtividade que operam sobre corpos e comportamentos, cabe dizer que tal produção tem como finalidade desenvolver, apropriar e consumir a vida na própria vida.

ISSN 2359-5140 (Online)
ISSN 2359-5159 (Impresso)

Ipseitas, São Carlos, 2016,
vol. 2, n. 2, p. 154-177

As tecnologias de poder biopolítico

Seria tentador, para o pensamento analítico, equalizar a microfísica dos poderes disciplinares com uma microfísica dos poderes regulamentares; porém Foucault não oferece indício de que seja disso que se trata, mas de uma racionalidade governamental. Como visto, o desenvolvimento realizado pelo autor insere como objeto de seu estudo a população, tendo a sexualidade uma função catalizadora para a passagem do corpo ao governo populacional, isto é, se *Vigiar e punir* discursa sobre a sociedade disciplinar, *A vontade de saber* discorre sobre a sociedade regulamentada. Dessa forma, as

tecnologias de poder assumem uma nova conotação no pensamento de Foucault; pode-se dizer que elas ainda intervêm na vida individual, mas buscam se apropriar da vida da espécie biológica em seus fenômenos de populações, ou seja, como recurso vital. Agora, não mais as tecnologias de poder correspondem aos jogos de técnicas e seus objetos no âmbito disciplinar anatomo-político, porém remetem à aplicação na realidade da racionalização estratégica desses jogos no âmbito biopolítico da vida para o gerenciamento da população, o que Foucault (2008a, p.03) declara biopoder: “essa série de fenômenos (...), o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder”. Segundo Foucault (1999a, p.151), estes dois âmbitos formam “dois pólos de desenvolvimentos interligados por um feixe intermediários de relações”. Esse feixe de relações intermediárias remete às tecnologias de poder, pois segundo o autor:

A instalação – durante a época clássica, desta grande tecnologia [de poder] de duas faces – anatômica e biológica, individualizante e especificante, voltada para os desempenhos dos corpos e encarando os processos de vida – caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima para baixo (FOUCAULT, 1999a, p.152).

ISSN 2359-5140 (Online)
ISSN 2359-5159 (Impresso)

Ipseitas, São Carlos, 2016,
vol. 2, n. 2, p. 154-177

Segundo Duarte (2006, p.112), a nova tecnologia de biopoder político não se aplica somente ao homem-corpo, mas também ao homem-espécie, que se apresenta agora como sujeito à regulamentação dos processos vitais de nascimento, morte, longevidade, fecundidade, da tal forma que “o que se produz por meio da atuação específica do biopoder não é mais apenas o indivíduo dócil e útil, mas é a própria gestão produtiva da vida do corpo social” (DUARTE, 2006, p.112). Nesse sentido, as tecnologias de poder continuam a exercer sua função produtiva, entretanto

como uma forma de produção de meios para o gerenciamento de recursos vitais, isto é, as tecnologias de poder atendem agora as funções de gestão do recurso humano chamado população.

Foucault estabelece como ponto de partida o poder soberano e seu direito sobre a vida e a morte. O privilégio do poder soberano é formulado por Foucault como direito de ‘fazer morrer e deixar viver’. Contudo, o poder absoluto do soberano foi substituído pelo poder regulamentar da biopolítica, que se orienta por uma nova formulação, ‘fazer viver e deixar morrer’. Segundo Blanchette (2006), o biopoder constitui o aspecto fundamental das sociedades normalizadas, sendo ele mesmo o poder de norma; não obstante, suas tecnologias de poder fazem emergir da massa global do homem-espécie a população, quer dizer, as populações como fenômenos específicos de prestação de mão-de-obra ou de ofertas capitalistas que devem atender a tais e tais demandas, devem se qualificar de tais e tais maneiras, devem se desenvolver sob tais e tais condições. Tal questão é reconhecida por Foucault (2008b, p.318) na ‘teoria do capital humano’, isto é, “o conjunto dos investimentos que foram feitos no nível do próprio homem”, concebendo este sob a forma do *homo oeconomicus*, modelo consumado do pensamento liberal. Nesse sentido, tudo parece acontecer de uma maneira na qual a realidade humana se dissolve na racionalidade estratégica da objetivação dos meios e da capitalização dos fins. Para qualquer fim, o governo das populações lidam com o gerenciamento dos recursos vitais disponíveis, liberando e restringindo sempre que necessário. O biopoder se consolida, então, como o nível mínimo indispensável para o desenvolvimento do capitalismo liberal, que só pode ser conquistado à custa dos programas disciplinares dos corpos e dos processos de regulação das populações aos recursos econômicos. O fator decisivo do biopoder está na capacidade de articulação entre as tecnologias de poder acionadas por Foucault

(1999a, p.153) se efetivarem “na forma de agenciamentos concretos que constituirão a grande tecnologia do poder do século XIX: o dispositivo de sexualidade será um deles, e dos mais importantes”.

Nesse sentido, seria aguardado no curso do *Collège de France* de 1978, *Segurança, território e população*, a continuidade do que Foucault anuncia ser uma história das tecnologias de segurança. Contudo, notoriamente o percurso se desvia e conduz à problematização das artes de governar. Ainda assim, é possível reconhecer que as tecnologias de poder dizem respeito à convocação das ciências nas práticas de gestão dos recursos populacionais. A demografia, a economia e a estatística formam a estrutura sob a qual se assentam os dispositivos de segurança, tanto que governar passa a ser para Foucault (2008, p.62), “procurar trabalhar na realidade, fazendo os elementos da realidade atuarem uns em relação aos outros, graças a e através de toda uma série de análises e de disposições específicas”; concluindo que o governo “é primeiramente e antes de tudo uma tecnologia de poder, é em todo caso nesse sentido que podemos lê-lo” (2008, p.63).

Através desse percurso se reconhece na biopolítica das populações a tecnologia de poder fundamental para o biopoder. A biopolítica expressa, no entendimento de Foucault (2008b, p.431), o modo pelo qual se passa a “racionalizar os problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças...”. A biopolítica tende a ser consistente com a intervenção das tecnologias de poder na vida a partir de seus processos de arranjo, racionalização estratégica condizente com a manipulação de técnicas ambientais e reguladoras. O paradigma foucaultiano do biopoder, ‘fazer viver e deixar morrer’, também pode ser interpretado a partir das tecnologias de poder para encontrar no interior desse processo de formação histórica do biopoder, o fazer produzir como forma de

gestão de recursos humanos, e o deixar consumir como resultado da objetivação total da realidade humana. Isso não quer dizer que as práticas sociais sejam penetradas ou que as massas populacionais estejam acessíveis, mas pode-se dizer que o biopoder acaba por se exercer remotamente por meio de testes de simulação e amostragens, na qual a heterogeneidade das práticas sociais podem ser objetiváveis como recursos humanos.

Através das tecnologias de poder normalizadoras, o biopoder político atua na forma de racionalização estratégica para o gerenciamento da população, entendida como recurso vital. Trata-se de um novo modo de preparar e organizar as forças vitais por um processo de objetivação efetuado pelas ciências humanas que impõem o homem ao campo analítico e observável, e pelas ciências estatísticas que dispõem o homem no campo administrativo e gerencial de recursos. Se em *Vigiar e punir*, as tecnologias de poder disciplinar gestavam uma tecnopolítica do corpo, Foucault apresenta a partir de *A vontade de saber*, as tecnologias de poder de uma bio-regulamentação que visa desenvolver, apropriar e consumir a economia política da população-recurso. Para tanto, as tecnologias de poder se ramificam e acoplam os saberes científicos aos poderes institucionais do biopoder, de modo a mobilizar a população a fim de poder produzir por meios econômicos, de poder manipular por meios estratégicos e de poder distribuir por meios estatísticos. Na perspectiva de Rayner (2006), esta incorporação das tecnologias de poder pelo biopoder político apresenta uma abrangência consistente:

A crítica de Foucault trouxe à luz três dessas formas de conhecimento. Primeiro, o governo biopolítico envolve um conhecimento dos princípios da gestão do Estado – em especial, a exigência de organizar a população para uma economia produtiva. Em segundo lugar, o governo biopolítico envolve um conhecimento de estratégias de mobilização e manipulação de corpos. Em terceiro lugar, o governo biopolítico envolve um conhecimento estatístico da

população sobre o nível de sua existência biológica (RAYNER, 2006, p.152; traduzido do original).

Nesse sentido, as tecnologias de poder podem ser vistas em sua amplitude, não apenas como fator produtivo das relações de poder, mas cuja produtividade gera um estado de reserva dos recursos vitais a serem administrados. A biopolítica pode ser compreendida, portanto, como a eficácia das tecnologias de poder existentes, que tratam, enfim, de manifestar as táticas e estratégias de mobilização e gerenciamento dos recursos vitais para motivar o aperfeiçoamento do biopoder.

Conclusão

A interpretação das sociedades modernas a partir da história das tecnologias de poder resulta em dois registros interdependentes: por um lado, uma microfísica do poder anatomo-disciplinar do corpo; do outro lado, uma homeostase global do poder biopolítico na população. Assumindo a indicação dada por Foucault da proveniência de uma história das tecnologias de poder, propôs-se identificar a disciplina e o biopoder político como uma dupla condição para se pensar o desenvolvimento tecnológico na atualidade. Como mencionado previamente, as meditações de Heidegger sobre a técnica moderna não vêm competir com as análises de Foucault. Não se trata de observar, neste momento, se há compatibilidade entre ambos os pensadores; ao invés, a proposta é apresentar as diferentes possibilidades de se conduzir e construir algumas reflexões sobre a técnica contemporânea, e o modo como ela se esparze pelas práticas sociais e determina a condição existencial do homem. Assim, pode-se dizer que enquanto Heidegger orienta suas meditações sobre a técnica a partir da história do esquecimento do ser, Foucault busca analisar a história a partir do acontecimento do presente.

Desse modo, o que se procura aproveitar no suporte oferecido pela leitura heideggeriana da técnica

são os apontamentos para fatores importantes que parecem ser explorados pela análise foucautiana. O principal aporte sugere ser que os ambos os filósofos não assumem as reflexões sobre tecnologias considerando o homem como ponto de partida epistemológico, como um sujeito doador de sentido à tecnocracia presente; ao contrário disso, o homem aparece deslocado no âmbito de dominação tecnológica para ser encontrado como produto consumado de processos que se expressam sem sua presença. O que se destaca de Heidegger é principalmente que o modo de pensamento moderno sobre a técnica se tornou composição (*gestell*), termo com o qual Heidegger busca criticar o modo como o homem moderno interpreta o mundo como disponibilidade de fundo de reserva (*bestand*), e ao qual se sente provocado a agir (*producere*) para fazê-lo produzir a seu favor. Nesse ponto, Heidegger se refere ao questionamento que o leva a pensar a técnica como um perigoso fenômeno global que pode arriscar a essência do ser humano existente. Já em Foucault, observa-se a relação que as tecnologias possuem com as malhas do poder, sendo que o autor está mais interessado em promover uma genealogia das relações de poder que contribuem para a transformação do ser humano em determinada fonte de recurso. As tecnologias de poder disseminadas pelo disciplinamento dos corpos e pelo gerenciamento populacional são acionadas por Foucault em suas formas produtivas e normalizadoras. Portanto, evitando ter que descrever as complexas e variadas relações que as tecnologias de poder assumem ao longo das obras de Foucault, a opção por se pautar na história das tecnologias modernas, segundo o traço indicado pelo próprio autor, deve ser capaz de revelar que as posições assumidas por Foucault quando recorre as tecnologias de poder estão vinculadas às noções de produção e recurso humano. Enfim, as reflexões sobre as novas tecnologias que no século XXI geram ameaças planetárias devem considerar os

mecanismo e os procedimentos pelos quais elas se infiltram nas práticas sociais, transformam comportamentos e determinam o modo que o homem desenvolve sua própria existência. As análises de Foucault, conjuntamente com as meditações de Heidegger, longe de se excluírem ou competirem, prestam-se a reforçar a necessidade de uma reflexão crítica sobre esta condição. Parafraseando o mote do biopoder de Foucault 'fazer viver e deixar morrer', também requer atenção a impostura da razão na era das tecnologias que têm a condição de fazer produzir a realidade humana reduzida à fonte de reserva, e de deixar consumir a objetivação da vida como recurso humano.

Bibliografia:

- BLANCETTE, L.-P. Michel Foucault: Genèse du biopouvoir et dispositifs de sécurité. In: *Lex Electronica*. Université du Montréal: vol. 11, n° 02, Autumn/Fall, 2006.
- BORGES DUARTE, I. La tesis heideggeriana acerca de la técnica. In: *Anales del Seminario de Historia de la Filosofía*. Madrid: Editorial Complutense, vol. 10, pp.121-156, 1993.
- CASANOVA, M. A. dos S. O homem entediado: tédio, niilismo e técnica. In: *Ekstasis: revista de hermenêutica e fenomenologia*. Rio de Janeiro: UERJ, vol. 01, n° 01, pp.184-222, 2012.
- DUARTE, A. Heidegger e Foucault críticos da modernidade: humanismo, técnica e biopolítica. In: *Trans/Form/Ação*. São Paulo: UNESP, vol. 29, n° 02, pp.95-114, 2006.
- ELLUL, J. *The Technological Society*. New York: Alfred A. Knopf; Vintage Book, 1967.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. 20ª edição. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

- FOUCAULT, M. *Segurança território população: curso do Collège de France 1977-78*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, M. *O nascimento da biopolítica: curso do Collège de France 1978-79*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 13ª edição. Tradução e organização: Roberto Machado. São Paulo: Edições Graal, 1998.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: A vontade de saber*. 19ª edição. São Paulo: Edições Graal, 1999a.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: curso do Collège de France 1975-76*. São Paulo: Martins Fontes, 1999b.
- FOUCAULT, M. *Estética, ética y hermenéutica: obras esenciales III*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1999c.
- FOUCAULT, M. *Las tecnologías del yo y otros textos afines*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1990.
- GIACOIA Jr., O. *Heidegger urgente: introdução a um novo pensar*. São Paulo: Editora três estrelas, 2013.
- HEIDEGGER, M. A questão sobre a técnica. In: *Ensaio e conferências*. 2ª edição. Petrópolis: Editora Vozes; Universidade São Francisco, pp.12-37, 2002.
- HEIDEGGER, M. Sobre o “humanismo”. In: *Heidegger: Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, pp.347-73, 1973.
- MACHADO, R.; FOUCAULT, M. Introdução. In: *Microfísica do poder*. 13ª edição. Tradução e organização: Roberto Machado. São Paulo: Edições Graal, 1998.
- RAYNER, T. Biopower and Technology: Foucault and Heidegger’s way of thinking. In: *Contretemps: A international journal of philosophy*. University of Sidney: vol. 02, May, pp.142-56, 2001.

ISSN 2359-5140 (Online)
ISSN 2359-5159 (Impresso)

Ipseitas, São Carlos, 2016,
vol. 2, n. 2, p. 154-177